

Construção civil e sonho da casa própria sob risco após corte de verbas federais

Apreensão e incerteza pairam sobre o setor da **construção civil**, que no começo do ano previa para 2021 o maior crescimento dos últimos oito anos, após retração de 2,8% no ano passado. O motivo são os cortes de recursos para a **habitação**, especialmente por meio do Casa Verde e Amarela. O programa foi criado pelo governo Bolsonaro em substituição ao **Minha Casa, Minha Vida**. No entanto, no fim de abril, após vetos do Planalto ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, 98% dos recursos previstos ao Casa Verde e Amarela para este ano foram reduzidos.

Parlamentares, inclusive da base aliada, articulam uma derrubada parcial dos vetos, com o objetivo de retomar gastos com obras e investimentos. No entanto, enquanto isso não se confirma, a expectativa do setor da **construção civil** é que o corte de recursos irá afetar, especialmente, financiamentos para a população mais carente. Isso porque o grupo 1 do Casa Verde e Amarela tem uma redução de R\$ 1,5 bilhão no orçamento. Essa faixa é composta por famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 2 mil (País) - R\$ 2,6 mil para o Norte e Nordeste.

No entanto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) projeta que a edificação de 250 mil casas poderá ser suspensa por falta de recursos. Aproximadamente, 250 mil trabalhadores do setor podem ser desligados e até 500 mil vagas podem ser fechadas, entre empregos indiretos e induzidos.

O **Sinduscon-SP** apresenta previsão semelhante para o País, com obras de 215 mil unidades habitacionais sob risco de pararem e até 400 mil vagas de trabalho, entre diretas e indiretas, sendo encerradas. Apenas no Rio Grande do Sul, são 9.310 unidades habitacionais que correm o risco de serem paralisadas, de acordo com o **Sinduscon-SP**, que apresentou balanço por estado.

Em nota, o **Sinduscon-RS**, que não possui balanço de obras ameaçadas de paralisação no Estado, manifestou preocupação e perplexidade ao corte realizado nas verbas do Orçamento de 2021 para dar continuidade às obras da faixa 1 do Casa Verde e Amarela.

No momento que o Brasil atravessa, com tantos desafios impostos em decorrência da pandemia, esse corte não estava previsto em lugar algum. Agora,

confiamos na sensibilidade do Congresso Nacional, para que possa reverter essa situação urgentemente. E que, assim, não se inicie uma imensa onda de demissões no setor, já extremamente afetado pelos aumentos nos preços dos insumos, que impactam seriamente seus contratos, que têm preço fixo, afirma o presidente do CBIC, José Carlos Martins.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi procurado, mas não se manifestou sobre o assunto.

Dirigente sindical da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da **Construção Civil** e Madeira (Conticom-CUT), José Abelha Neto afirma que os cortes do governo federal criam um desconforto ainda maior às pessoas que precisam de moradia. O déficit habitacional no País chega a 6 milhões de unidades. Elas só conseguem comprar casa porque existe a faixa 1 do Casa e Verde Amarela.

Para ele, além do problema social, a decisão compromete a economia. Não se diminui despesas às custas do emprego. Não é só o canteiro de obras que vai sentir. É a indústria do aço, do cimento. Vai provocar um efeito cascata ali na frente, caso não seja revisto.

Foram cortados 73% dos recursos destinados à **habitação**, que passaram de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 870 milhões, em parte já comprometidos com emendas.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que subsidia a produção habitacional da iniciativa privada para pessoas de baixa renda, teve eliminados 98% de sua dotação, que passou de R\$ 1,54 bilhão para apenas R\$ 27 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que alimenta a produção de moradias por entidades, sofreu corte de 51%, caindo de R\$ 720 milhões para R\$ 350 milhões.

Fonte: **SindusCon-SP**

Especula-se que o governo deverá recompor pelo menos R\$ 6 bilhões de verbas de ministérios que tiveram recursos vetados. A tendência é que o Congresso encaminhe pedido de crédito suplementar

e o Ministério da Economia edite portarias. Ao todo, o governo vetou R\$ 29 bilhões para ajustar o Orçamento deste ano, depois que o Congresso ignorou despesas obrigatórias. ?

Para recomodar as despesas, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, considera ser desnecessária a recomposição de R\$ 1,077 bilhão em gastos obrigatórios como seguro-defeso (pago a pescadores artesanais). Ele também questiona a necessidade de recompor R\$ 2,629 bilhões em gastos com seguro-desemprego, depois da recriação do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores. Resta, agora, convencer o governo.

Apesar dos cortes, programas de regularização fundiária em Novo Hamburgo, que contam com recursos federais, não sofreram redução nos repasses e seguem em andamento. No entanto, em relação ao Casa Verde e Amarela, que substituiu o **Minha Casa, Minha Vida**, que foi descontinuado, ainda carece de definições. O Casa Verde e Amarela prevê recursos para programas de regularização fundiária, mas ainda não temos as orientações necessárias , admite a prefeitura.

Em Canoas, onde o déficit habitacional atinge 7 mil famílias, o secretário de **Desenvolvimento Urbano e Habitação**, Cesar Augusto Moreira, informa que os últimos imóveis entregues foram pelo **Minha Casa, Minha Vida** neste mês. Os projetos de regularização fundiária vamos ir tocando com nossos recursos. Mas os habitacionais devem sofrer sem o dinheiro federal.

Com a escassez de recursos federais, muitas obras já iniciadas poderão ser paralisadas. No entanto, quem tem contrato assinado para a compra do imóvel próprio poderá ser ressarcido, caso a obra não fique pronta no prazo.

Ressalvada a análise específica do contrato, em tese e para efeito de responsabilização por atraso na entrega do imóvel, é devida a respectiva indenização que, inclusive, pode ser também de natureza moral, isso porque o descumprimento contratual envolve uma relação de consumo , afirma o especialista em direito imobiliário, o professor da Ulbra Alexandre da Silva Quartiero.

Site:

<https://www.correiogravatai.com.br/noticias/regiao/2021/05/22/construcao-civil-e-sonho-da-casa-propria-sob-risco-apos-corte-de-verbas-federais.html>

Construção civil e sonho da casa própria sob risco após corte de verbas federais

Apreensão e incerteza pairam sobre o setor da **construção civil**, que no começo do ano previa para 2021 o maior crescimento dos últimos oito anos, após retração de 2,8% no ano passado. O motivo são os cortes de recursos para a **habitação**, especialmente por meio do Casa Verde e Amarela. O programa foi criado pelo governo Bolsonaro em substituição ao **Minha Casa, Minha Vida**. No entanto, no fim de abril, após vetos do Planalto ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, 98% dos recursos previstos ao Casa Verde e Amarela para este ano foram reduzidos.

Parlamentares, inclusive da base aliada, articulam uma derrubada parcial dos vetos, com o objetivo de retomar gastos com obras e investimentos. No entanto, enquanto isso não se confirma, a expectativa do setor da **construção civil** é que o corte de recursos irá afetar, especialmente, financiamentos para a população mais carente. Isso porque o grupo 1 do Casa Verde e Amarela tem uma redução de R\$ 1,5 bilhão no orçamento. Essa faixa é composta por famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 2 mil (País) - R\$ 2,6 mil para o Norte e Nordeste.

No entanto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) projeta que a edificação de 250 mil casas poderá ser suspensa por falta de recursos. Aproximadamente, 250 mil trabalhadores do setor podem ser desligados e até 500 mil vagas podem ser fechadas, entre empregos indiretos e induzidos.

O **Sinduscon-SP** apresenta previsão semelhante para o País, com obras de 215 mil unidades habitacionais sob risco de pararem e até 400 mil vagas de trabalho, entre diretas e indiretas, sendo encerradas. Apenas no Rio Grande do Sul, são 9.310 unidades habitacionais que correm o risco de serem paralisadas, de acordo com o **Sinduscon-SP**, que apresentou balanço por estado.

Em nota, o **Sinduscon-RS**, que não possui balanço de obras ameaçadas de paralisação no Estado, manifestou preocupação e perplexidade ao corte realizado nas verbas do Orçamento de 2021 para dar continuidade às obras da faixa 1 do Casa Verde e Amarela.

No momento que o Brasil atravessa, com tantos desafios impostos em decorrência da pandemia, esse corte não estava previsto em lugar algum. Agora,

confiamos na sensibilidade do Congresso Nacional, para que possa reverter essa situação urgentemente. E que, assim, não se inicie uma imensa onda de demissões no setor, já extremamente afetado pelos aumentos nos preços dos insumos, que impactam seriamente seus contratos, que têm preço fixo, afirma o presidente do CBIC, José Carlos Martins.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi procurado, mas não se manifestou sobre o assunto.

Dirigente sindical da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da **Construção Civil** e Madeira (Conticom-CUT), José Abelha Neto afirma que os cortes do governo federal criam um desconforto ainda maior às pessoas que precisam de moradia. O déficit habitacional no País chega a 6 milhões de unidades. Elas só conseguem comprar casa porque existe a faixa 1 do Casa e Verde Amarela.

Para ele, além do problema social, a decisão compromete a economia. Não se diminui despesas às custas do emprego. Não é só o canteiro de obras que vai sentir. É a indústria do aço, do cimento. Vai provocar um efeito cascata ali na frente, caso não seja revisto.

Foram cortados 73% dos recursos destinados à **habitação**, que passaram de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 870 milhões, em parte já comprometidos com emendas.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que subsidia a produção habitacional da iniciativa privada para pessoas de baixa renda, teve eliminados 98% de sua dotação, que passou de R\$ 1,54 bilhão para apenas R\$ 27 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que alimenta a produção de moradias por entidades, sofreu corte de 51%, caindo de R\$ 720 milhões para R\$ 350 milhões.

Fonte: **SindusCon-SP**

Especula-se que o governo deverá recompor pelo menos R\$ 6 bilhões de verbas de ministérios que tiveram recursos vetados. A tendência é que o Congresso encaminhe pedido de crédito suplementar

e o Ministério da Economia edite portarias. Ao todo, o governo vetou R\$ 29 bilhões para ajustar o Orçamento deste ano, depois que o Congresso ignorou despesas obrigatórias. ?

Para recomodar as despesas, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, considera ser desnecessária a recomposição de R\$ 1,077 bilhão em gastos obrigatórios como seguro-defeso (pago a pescadores artesanais). Ele também questiona a necessidade de recompor R\$ 2,629 bilhões em gastos com seguro-desemprego, depois da recriação do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores. Resta, agora, convencer o governo.

Apesar dos cortes, programas de regularização fundiária em Novo Hamburgo, que contam com recursos federais, não sofreram redução nos repasses e seguem em andamento. No entanto, em relação ao Casa Verde e Amarela, que substituiu o **Minha Casa, Minha Vida**, que foi descontinuado, ainda carece de definições. O Casa Verde e Amarela prevê recursos para programas de regularização fundiária, mas ainda não temos as orientações necessárias , admite a prefeitura.

Em Canoas, onde o déficit habitacional atinge 7 mil famílias, o secretário de **Desenvolvimento Urbano e Habitação**, Cesar Augusto Moreira, informa que os últimos imóveis entregues foram pelo **Minha Casa, Minha Vida** neste mês. Os projetos de regularização fundiária vamos ir tocando com nossos recursos. Mas os habitacionais devem sofrer sem o dinheiro federal.

Com a escassez de recursos federais, muitas obras já iniciadas poderão ser paralisadas. No entanto, quem tem contrato assinado para a compra do imóvel próprio poderá ser ressarcido, caso a obra não fique pronta no prazo.

Ressalvada a análise específica do contrato, em tese e para efeito de responsabilização por atraso na entrega do imóvel, é devida a respectiva indenização que, inclusive, pode ser também de natureza moral, isso porque o descumprimento contratual envolve uma relação de consumo , afirma o especialista em direito imobiliário, o professor da Ulbra Alexandre da Silva Quartiero.

Site:

<https://www.diariodecanoas.com.br/noticias/regiao/2021/05/22/construcao-civil-e-sonho-da-casa-propria-sob-risco-apos-corte-de-verbas-federais.html>

Construção civil e sonho da casa própria sob risco após corte de verbas federais

Apreensão e incerteza pairam sobre o setor da **construção civil**, que no começo do ano previa para 2021 o maior crescimento dos últimos oito anos, após retração de 2,8% no ano passado. O motivo são os cortes de recursos para a **habitação**, especialmente por meio do Casa Verde e Amarela. O programa foi criado pelo governo Bolsonaro em substituição ao **Minha Casa, Minha Vida**. No entanto, no fim de abril, após vetos do Planalto ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, 98% dos recursos previstos ao Casa Verde e Amarela para este ano foram reduzidos.

Parlamentares, inclusive da base aliada, articulam uma derrubada parcial dos vetos, com o objetivo de retomar gastos com obras e investimentos. No entanto, enquanto isso não se confirma, a expectativa do setor da **construção civil** é que o corte de recursos irá afetar, especialmente, financiamentos para a população mais carente. Isso porque o grupo 1 do Casa Verde e Amarela tem uma redução de R\$ 1,5 bilhão no orçamento. Essa faixa é composta por famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 2 mil (País) - R\$ 2,6 mil para o Norte e Nordeste.

No entanto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) projeta que a edificação de 250 mil casas poderá ser suspensa por falta de recursos. Aproximadamente, 250 mil trabalhadores do setor podem ser desligados e até 500 mil vagas podem ser fechadas, entre empregos indiretos e induzidos.

O **Sinduscon-SP** apresenta previsão semelhante para o País, com obras de 215 mil unidades habitacionais sob risco de pararem e até 400 mil vagas de trabalho, entre diretas e indiretas, sendo encerradas. Apenas no Rio Grande do Sul, são 9.310 unidades habitacionais que correm o risco de serem paralisadas, de acordo com o **Sinduscon-SP**, que apresentou balanço por estado.

Em nota, o **Sinduscon-RS**, que não possui balanço de obras ameaçadas de paralisação no Estado, manifestou preocupação e perplexidade ao corte realizado nas verbas do Orçamento de 2021 para dar continuidade às obras da faixa 1 do Casa Verde e Amarela.

No momento que o Brasil atravessa, com tantos desafios impostos em decorrência da pandemia, esse corte não estava previsto em lugar algum. Agora,

confiamos na sensibilidade do Congresso Nacional, para que possa reverter essa situação urgentemente. E que, assim, não se inicie uma imensa onda de demissões no setor, já extremamente afetado pelos aumentos nos preços dos insumos, que impactam seriamente seus contratos, que têm preço fixo, afirma o presidente do CBIC, José Carlos Martins.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi procurado, mas não se manifestou sobre o assunto.

Dirigente sindical da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da **Construção Civil** e Madeira (Conticom-CUT), José Abelha Neto afirma que os cortes do governo federal criam um desconforto ainda maior às pessoas que precisam de moradia. O déficit habitacional no País chega a 6 milhões de unidades. Elas só conseguem comprar casa porque existe a faixa 1 do Casa e Verde Amarela.

Para ele, além do problema social, a decisão compromete a economia. Não se diminui despesas às custas do emprego. Não é só o canteiro de obras que vai sentir. É a indústria do aço, do cimento. Vai provocar um efeito cascata ali na frente, caso não seja revisto.

Foram cortados 73% dos recursos destinados à **habitação**, que passaram de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 870 milhões, em parte já comprometidos com emendas.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que subsidia a produção habitacional da iniciativa privada para pessoas de baixa renda, teve eliminados 98% de sua dotação, que passou de R\$ 1,54 bilhão para apenas R\$ 27 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que alimenta a produção de moradias por entidades, sofreu corte de 51%, caindo de R\$ 720 milhões para R\$ 350 milhões.

Fonte: **SindusCon-SP**

Especula-se que o governo deverá recompor pelo menos R\$ 6 bilhões de verbas de ministérios que tiveram recursos vetados. A tendência é que o Congresso encaminhe pedido de crédito suplementar

e o Ministério da Economia edite portarias. Ao todo, o governo vetou R\$ 29 bilhões para ajustar o Orçamento deste ano, depois que o Congresso ignorou despesas obrigatórias. ?

Para recomodar as despesas, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, considera ser desnecessária a recomposição de R\$ 1,077 bilhão em gastos obrigatórios como seguro-defeso (pago a pescadores artesanais). Ele também questiona a necessidade de recompor R\$ 2,629 bilhões em gastos com seguro-desemprego, depois da recriação do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores. Resta, agora, convencer o governo.

Apesar dos cortes, programas de regularização fundiária em Novo Hamburgo, que contam com recursos federais, não sofreram redução nos repasses e seguem em andamento. No entanto, em relação ao Casa Verde e Amarela, que substituiu o **Minha Casa, Minha Vida**, que foi descontinuado, ainda carece de definições. O Casa Verde e Amarela prevê recursos para programas de regularização fundiária, mas ainda não temos as orientações necessárias , admite a prefeitura.

Em Canoas, onde o déficit habitacional atinge 7 mil famílias, o secretário de **Desenvolvimento Urbano e Habitação**, Cesar Augusto Moreira, informa que os últimos imóveis entregues foram pelo **Minha Casa, Minha Vida** neste mês. Os projetos de regularização fundiária vamos ir tocando com nossos recursos. Mas os habitacionais devem sofrer sem o dinheiro federal.

Com a escassez de recursos federais, muitas obras já iniciadas poderão ser paralisadas. No entanto, quem tem contrato assinado para a compra do imóvel próprio poderá ser ressarcido, caso a obra não fique pronta no prazo.

Ressalvada a análise específica do contrato, em tese e para efeito de responsabilização por atraso na entrega do imóvel, é devida a respectiva indenização que, inclusive, pode ser também de natureza moral, isso porque o descumprimento contratual envolve uma relação de consumo , afirma o especialista em direito imobiliário, o professor da Ulbra Alexandre da Silva Quartiero.

Site:

<http://www.jornaldegramado.com.br/noticias/regiao/2021/05/22/construcao-civil-e-sonho-da-casa-propria-sob-risco-apos-corte-de-verbas-federais.html>

Construção civil e sonho da casa própria sob risco após corte de verbas federais

Apreensão e incerteza pairam sobre o setor da **construção civil**, que no começo do ano previa para 2021 o maior crescimento dos últimos oito anos, após retração de 2,8% no ano passado. O motivo são os cortes de recursos para a **habitação**, especialmente por meio do Casa Verde e Amarela. O programa foi criado pelo governo Bolsonaro em substituição ao **Minha Casa, Minha Vida**. No entanto, no final de abril, após vetos do Planalto ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, 98% dos recursos previstos ao Casa Verde e Amarela para este ano foram reduzidos.

Parlamentares, inclusive da base aliada, articulam uma derrubada parcial dos vetos, com o objetivo de retomar gastos com obras e investimentos. No entanto, enquanto isso não se confirma, a expectativa do setor da **construção civil** é que o corte de recursos irá afetar, especialmente, financiamentos para a população mais carente. Isso porque o grupo 1 do Casa Verde e Amarela tem uma redução de R\$ 1,5 bilhão no orçamento. Essa faixa é composta por famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 2 mil (País) - R\$ 2,6 mil para o Norte e Nordeste.

No entanto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) projeta que a edificação de 250 mil casas poderá ser suspensa por falta de recursos. Aproximadamente, 250 mil trabalhadores do setor podem ser desligados e até 500 mil vagas podem ser fechadas, entre empregos indiretos e induzidos.

O **Sinduscon-SP** apresenta previsão semelhante para o País, com obras de 215 mil unidades habitacionais sob risco de pararem e até 400 mil vagas de trabalho, entre diretas e indiretas, sendo encerradas. Apenas no Rio Grande do Sul, são 9.310 unidades habitacionais que correm o risco de serem paralisadas, de acordo com o **Sinduscon-SP**, que apresentou balanço por estado.

Em nota, o **Sinduscon-RS**, que não possui balanço de obras ameaçadas de paralisação no Estado, manifestou preocupação e perplexidade ao corte realizado nas verbas do Orçamento de 2021 para dar continuidade às obras da faixa 1 do Casa Verde e Amarela.

No momento que o Brasil atravessa, com tantos desafios impostos em decorrência da pandemia, esse corte não estava previsto em lugar algum. Agora,

confiamos na sensibilidade do Congresso Nacional, para que possa reverter essa situação urgentemente. E que, assim, não se inicie uma imensa onda de demissões no setor, já extremamente afetado pelos aumentos nos preços dos insumos, que impactam seriamente seus contratos, que têm preço fixo, afirma o presidente do CBIC, José Carlos Martins.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi procurado, mas não se manifestou sobre o assunto.

Dirigente sindical da Confederação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da **Construção Civil** e Madeira (Conticom-CUT), José Abelha Neto afirma que os cortes do governo federal criam um desconforto ainda maior às pessoas que precisam de moradia. O déficit habitacional no País chega a 6 milhões de unidades. Elas só conseguem comprar casa porque existe a faixa 1 do Casa e Verde Amarela.

Para ele, além do problema social, a decisão compromete a economia. Não se diminui despesas às custas do emprego. Não é só o canteiro de obras que vai sentir. É a indústria do aço, do cimento. Vai provocar um efeito cascata ali na frente, caso não seja revisto.

Foram cortados 73% dos recursos destinados à **habitação**, que passaram de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 870 milhões, em parte já comprometidos com emendas.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que subsidia a produção habitacional da iniciativa privada para pessoas de baixa renda, teve eliminados 98% de sua dotação, que passou de R\$ 1,54 bilhão para apenas R\$ 27 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que alimenta a produção de moradias por entidades, sofreu corte de 51%, caindo de R\$ 720 milhões para R\$ 350 milhões.

Fonte: **SindusCon-SP**

Especula-se que o governo deverá recompor pelo menos R\$ 6 bilhões de verbas de ministérios que tiveram recursos vetados. A tendência é que o Congresso encaminhe pedido de crédito suplementar

e o Ministério da Economia edite portarias. Ao todo, o governo vetou R\$ 29 bilhões para ajustar o Orçamento deste ano, depois que o Congresso ignorou despesas obrigatórias. ?

Para recomodar as despesas, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, considera ser desnecessária a recomposição de R\$ 1,077 bilhão em gastos obrigatórios como seguro-defeso (pago a pescadores artesanais). Ele também questiona a necessidade de recompor R\$ 2,629 bilhões em gastos com seguro-desemprego, depois da recriação do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores. Resta, agora, convencer o governo.

Apesar dos cortes, programas de regularização fundiária em Novo Hamburgo, que contam com recursos federais, não sofreram redução nos repasses e seguem em andamento. No entanto, em relação ao Casa Verde e Amarela, que substituiu o **Minha Casa, Minha Vida**, que foi descontinuado, ainda carece de definições. O Casa Verde e Amarela prevê recursos para programas de regularização fundiária, mas ainda não temos as orientações necessárias , admite a prefeitura.

Em Canoas, onde o déficit habitacional atinge 7 mil famílias, o secretário de **Desenvolvimento Urbano e Habitação**, Cesar Augusto Moreira, informa que os últimos imóveis entregues foram pelo **Minha Casa, Minha Vida** neste mês. Os projetos de regularização fundiária vamos ir tocando com nossos recursos. Mas os habitacionais devem sofrer sem o dinheiro federal.

Com a escassez de recursos federais, muitas obras já iniciadas poderão ser paralisadas. No entanto, quem tem contrato assinado para a compra do imóvel próprio poderá ser ressarcido, caso a obra não fique pronta no prazo.

Ressalvada a análise específica do contrato, em tese e para efeito de responsabilização por atraso na entrega do imóvel, é devida a respectiva indenização que, inclusive, pode ser também de natureza moral, isso porque o descumprimento contratual envolve uma relação de consumo , afirma o especialista em direito imobiliário, o professor da Ulbra Alexandre da Silva Quartiero.

Site:

<https://www.jornalnh.com.br/noticias/regiao/2021/05/22/construcao-civil-e-sonho-da-casa-propria-sob-risco-apos-corte-de-verbas-federais.html>